

A AVENTURA BRASILEIRA DO MARXISTA CAIO PRADO JR.¹

Bernardo Ricupero
Universidade de São Paulo

RESUMO

O artigo que segue procura situar Caio Prado Jr. no contexto da construção de um pensamento marxista no Brasil, independente e desvinculado dos problemas de interpretação do País ligados ao PCB e decorrentes das orientações das Internacionais Comunistas. É distante do PCB e próximo da Universidade que se forma um pensamento marxista brasileiro no qual pode ser situado Caio Prado Jr., cuja preocupação essencial é elaborar uma visão global sobre a realidade brasileira. Tal preocupação, coincidentemente, acaba se realizando em dois momentos fundamentais, pois neles os intelectuais se voltam à compreensão do que seja o país: os períodos entre 1933 e 1945 e entre 1955 e 1969.

PALAVRAS-CHAVE: *marxismo no Brasil; PCB; Caio Prado Jr.; pensamento político brasileiro.*

I. MARXISMO E BRASIL: UMA HISTÓRIA QUASE INEXISTENTE

Se a história da relação do marxismo com a América Latina é marcada pelo desencontro, a história da relação do marxismo com o Brasil era até recentemente quase inexistente. Antes da fundação do PCB, em 1922, praticamente não havia marxismo e marxistas no Brasil². Podem-se encontrar algumas referências esparsas a Marx em certos autores como Tobias Barreto, Rui Barbosa, Clóvis Bevilacqua, Sílvio Romero e até Machado de Assis, mas mesmo aqueles que entre nós talvez tenham chegado a uma noção mais precisa do que era o materialismo histórico, Euclides da Cunha e Evaristo de Moraes, não foram muito além do comentário apressado (cf. CARONE, 1986; CHACON,

1981; KONDER, 1982; MORAES Filho, 1991). Antes de 1922 também apareceram alguns intelectuais socialistas, entre os quais os mais importantes foram Silvério Fontes e o italiano Antônio Piccarollo, que tentou esboçar uma interpretação da realidade brasileira mais de acordo com nossas especificidades (cf. CÂNDIDO, 1980; CARONE, 1970 e 1979), mas o alcance de seus trabalhos foi mínimo³.

No movimento operário, “pequena mancha urbana num oceano agrário” (FAUSTO, 1986: 08), o predomínio anarquista era absoluto. Assim, não é de estranhar que dos nove fundadores do PCB, apenas um, o alfaiate espanhol Manuel Cendón, não tivesse tido anterior militância libertária. Esses anarquistas fundam o PCB logo depois do período de apogeu do movimento operário, entre 1917-1920, quando foi realizado o maior número de greves da história brasileira até o fim da II Guerra Mundial. Depois da derrota do movimento, procuram descobrir os

¹ Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de um capítulo de minha Dissertação de Mestrado, desenvolvida junto ao programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), e intitulada *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*.

² As primeiras referências a Marx aparecem em 1871, com a Comuna de Paris, que torna a Associação Internacional dos Trabalhadores conhecida mundialmente.

³ Edgard Carone resume bem a situação do marxismo no Brasil: “o relativo desconhecimento de Marx e Engels entre nós permite-nos afirmar que no Brasil não existem discípulos seus até a década de 1920, mas unicamente alguns leitores” (CARONE, 1986: 59).

motivos de seu fracasso e encontram na Rússia, onde um partido disciplinado acabara de realizar uma das primeiras revoluções socialistas vitoriosas da história⁴, um exemplo e tanto.

Mas a passagem do anarquismo para o marxismo, ou melhor, para o marxismo-leninismo, não parece ter sido o produto de uma reflexão mais aprofundada por parte desses antigos anarquistas que, por sinal, não tinham maior formação teórica. O que naturalmente também contribuiu para que esse marxismo-leninismo fosse bastante tosco. As condições em que se processou essa transição são ilustradas de forma exemplar num episódio narrado por John W. F. Dulles e protagonizado pelo ainda anarquista José Oiticica e os recém-convertidos ao comunismo Astrojildo Pereira e José Elias da Silva: “dias depois Oiticica voltou à União dos Empregados em Padarias e encontrou Astrojildo à cabeceira da mesa, dirigindo-se aos presentes ‘com sua costumeira tranquilidade’. José Elias da Silva perguntou: ‘Gildo, você não acha melhor dizer ao Oiticica o que se passa?’ Astrojildo concordou e Elias, na sua linguagem de ex-embarcação, explicou-lhe: ‘Oiticica, conosco agora é na exata’. ‘Já sei, vocês são bolchevistas’” (DULLES, 1977: 142).

O fato a reter desse episódio é como a passagem do anarquismo para o comunismo se dá de forma abrupta, sem maiores preparativos. Como vimos, basicamente é o refluxo do movimento operário e o fascínio com a Revolução de Outubro que explicam essa transição. Portanto, o início do marxismo no Brasil não é resultado de um processo cumulativo, mas quase de episódios fortuitos.

Esse marxismo, além do mais, é praticamente todo ele marxista-leninista, já que anteriormente à Revolução de Outubro nunca houve partidos

socialistas fortes e reflexão marxista no Brasil⁵. Assim, além da hegemonia que a partir de 1917 o bolchevismo passa a exercer no movimento socialista internacional, a ausência de tradição marxista anterior à fundação do PCB em 1922 contribui no Brasil para que marxismo e marxismo-leninismo sejam encarados como quase sinônimos.

É por isso que a primeira tentativa de explicação marxista do Brasil aparece apenas em 1926, com o livro *Agrarismo e industrialismo*, de Fritz Mayer, na verdade, do dirigente comunista Octavio Brandão. Para realizar sua análise, Brandão se baseia numa interpretação particularmente mecanicista da dialética, que equívale à tríade: tese, antítese e síntese. A partir desses “pressupostos metodológicos”, tenta explicar a revolta tenentista do General Isidoro Dias Lopes de 1924, não sendo por acaso que o subtítulo do livro seja “ensaio marxista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”.

Como diz o próprio Brandão sobre suas intenções: “os que acreditam no Ser, no Absoluto, só vêem na revolta de 1924 um motim secundário, localizado, mumificado, uma espécie de quisto social, sem relação com o ambiente, sem significação de espécie alguma. Nós, porém, que só admitimos o Devenir, a transformação contínua, vemos nessa revolta um processo, a elaboração de alguma coisa nova que quer surgir sem poder ainda: a vitória do industrialismo sobre o agrarismo; a vitória da burguesia industrial sobre a burguesia agrária; a vitória da burguesia progressista sobre a burguesia rotineira” (MAYER, 1926: 61). Brandão identifica, assim, o presidente Arthur Bernardes com a tese (o agrarismo feudal); Isidoro Dias Lopes com a antítese (a pequena-burguesia rebelada, por trás da qual está o capital industrial); e a revolução proletária, ainda por ocorrer, com a síntese. Aplica então a “dialética” para explicar a história do movimento operário brasileiro, a história do Brasil (dividida em dez ciclos) e a história de

⁴ Antes da Revolução de Outubro houve a experiência da Comuna de Paris. Entretanto, o período de governo socialista foi muito limitado em 1871. Lênin e seus camaradas tinham tão pouca certeza de que triunfariam, que chegaram inclusive a comemorar quando o governo dos soviets de operários, camponeses e soldados ultrapassou os dois meses da Comuna.

⁵ O que é diferente mesmo de certos casos latino-americanos, como o argentino, que contou com o forte Partido Socialista de Justo, e o chileno, onde os mineiros, liderados por Recabaarren, tinham fundado em 1906 o Partido Obrero Socialista.

Roma (dividida em oito ciclos).

Apesar da pobreza da interpretação de *Agrarismo e industrialismo*, o livro servirá de referência teórica para a política do PCB durante os anos vinte, com o então secretário-geral, Astrojildo Pereira, tendo se baseado nele para redigir o informe ao III Congresso do partido.

A partir de 1928, entretanto, com a realização do VI Congresso da III Internacional e a adoção da política de “classe contra classe”, perdem espaço mesmo tímidas tentativas de explicar a realidade brasileira a partir do marxismo, como o livro pioneiro de Brandão⁶. O grupo dirigente do PCB durante a década de vinte, do qual os intelectuais Astrojildo Pereira e Octavio Brandão eram os principais nomes, é deslocado do comando do partido que assume uma linha cada vez mais “obreira”. Leandro Konder resume bem o significado dos acontecimentos para a reflexão marxista sobre o Brasil: “essa derrubada significava o fim de uma era: já não se tratava mais de procurar, embora canhestamente, interpretar a realidade brasileira à luz de um marxismo capaz de se renovar em contato com uma realidade singular, inédita; tratava-se de receber de fora um ‘marxismo-leninismo’ codificado e aplicá-lo ao Brasil de acordo com as instruções escritas do produto importado” (KONDER, 1982: 165).

Assim, nas décadas seguintes não há praticamente esforço algum por parte do PCB e dos intelectuais próximos ao partido de elaborar uma explicação da sociedade brasileira que desse conta de nossas particularidades. A modesta produção teórica de marxistas brasileiros, mesmo quando seus autores são membros do PCB, se dá, portanto, à margem do partido.

Não obstante, registram-se momentos de relativa influência comunista na vida política brasileira, como durante a existência da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, e no curto período de legalidade do PCB, entre 1945 e 1947. No primeiro período, a exemplo do que

ocorre com as frentes populares — a qual a experiência da ANL antecipa — de forma geral, como nota Claudin (1985), mesmo quando os partidos comunistas se tornam atores políticos importantes, eles não se enraízam nas suas respectivas realidades nacionais, enquanto o segundo período parece refletir principalmente o grande prestígio de que goza a União Soviética logo depois da derrota do nazi-fascismo, sem ter maiores conseqüências.

A reflexão teórica do PCB se modifica parcialmente, porém, com a “Resolução Política do IV Congresso”, de 1954, onde há uma certa tentativa de realizar uma análise mais acabada sobre a sociedade brasileira (BRANDÃO, 1992; MANTEGA, 1995). Esta análise, entretanto, é produto principalmente de uma sistematização de pontos que já apareciam na caracterização da III Internacional e do PCB sobre o Brasil e o tipo de país no qual ele era enquadrado. O que faz com que a resolução enfatize os elementos de atraso brasileiro, caracterizando o país como semi-colonial e semi-feudal.

Refletindo o clima da Guerra Fria, afirma-se mesmo que “as principais contradições que, no momento atual, se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da nação e, simultaneamente, os restos feudais do povo brasileiro”. Portanto, a “revolução brasileira em sua etapa atual” deveria estar orientada para a resolução desses problemas, tendo um caráter “Democrático-Popular, de cunho Antiimperialista e Agrária Anti-feudal” (*apud* CARONE, 1982: 128). As principais medidas dessa revolução seriam duas: se estabeleceria o controle dos trusts internacionais, principalmente norte-americanos, e se garantiria a posse da terra para os “camponeses” brasileiros.

As forças progressistas, que pretensamente corresponderiam ao proletariado, o campesinato e a maior parte da pequena-burguesia, poderiam, além do mais, contar em tese com a simpatia de um setor da burguesia. Isto porque, de acordo com a resolução, “a burguesia brasileira encontra-se hoje dividida em dois grupos distintos. Um deles é formado pelos grandes capitalistas estreitamente ligados aos latifundiários e que servem diretamente aos interesses de um ou ou-

⁶ A política preconizada pelo PCB se baseava então na aliança com a pequena-burguesia, identificada com o tenentismo. Para tanto, chegou-se a formar o Bloco Operário Camponês (BOC), inspirado, em parte, no *Kuomintang* chinês.

tro grupo de monopolistas estrangeiros, particularmente norte-americanos [...]. O segundo grupo é constituído pela parte restante da burguesia brasileira, denominada pelo programa com acerto, de burguesia nacional, e que reflete principalmente os interesses da indústria nacional” (*apud* CARONE, 1982: 132). A resolução não especificava, contudo, quem seriam esses possíveis aliados burgueses.

Mas a partir do suicídio de Vargas, em 1954, e do XX Congresso do PCUS, de 1956, onde se reconhecem os crimes de Stalin, o PCB vai progressivamente mudando de orientação, passando a valorizar a democracia e a reconhecer que a sociedade brasileira se transforma profundamente, principalmente devido à industrialização.

O marco nesse processo de mudança de linha programática é a “Declaração de Março” de 1958. Esse documento tem importância sobretudo por defender uma via pacífica para a realização dos objetivos ainda antiimperialistas, anti-feudais e, num futuro longínquo, socialistas do partido, devido à modificação em pontos fundamentais da caracterização por parte do PCB da sociedade brasileira. Reconhece-se, em particular, que ocorrem no Brasil mudanças importantes que apontam para “um desenvolvimento capitalista nacional” (*apud* CARONE, 1982: 176), entre as quais destaca-se: o estabelecimento de um importante parque industrial, o desenvolvimento de um capitalismo de Estado no setor da indústria pesada, a ocorrência de transformações até mesmo na agricultura no sentido de desenvolvimento capitalista e a ampliação do mercado interno.

Essas mudanças socioeconômicas teriam reflexos sobre a política. Assim, o Estado brasileiro não mais representaria apenas “os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente aos norte-americanos”, mas também da “burguesia interessada no desenvolvimento da economia nacional”. O que faria com que surgissem “contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado” (*apud* CARONE, 1982: 178).

De um lado, estariam unidos no movimento nacionalista “a classe operária, os camponeses,

a pequena-burguesia urbana, a burguesia e os setores latifundiários que possu[e]m contradições com o imperialismo norte-americano” (*apud* CARONE, 1982: 186); do outro lado, se encontrariam esse imperialismo e seus tradicionais aliados, o grosso dos latifundiários e uma parte da burguesia ligada ao comércio exterior. No caso da coalizão nacionalista, tanto a burguesia nacional como o proletariado estariam fortalecidos pelas mudanças econômicas que lhes fizeram ganhar importância no interior da sociedade brasileira.

O sentido da prática política dessa coalizão deveria basicamente ser o mesmo estabelecido em 1954: contrária aos restos feudais e ao imperialismo, principalmente norte-americano. A coalizão nacionalista já teria, além do mais, provado seu caráter legalista em duas ocasiões, tendo defendido, em 1954 e 1955, a Constituição contra forças golpistas representadas sobretudo por grupos favoráveis ao imperialismo.

Também na década de cinquenta começam a aparecer intelectuais de um certo peso vinculados ao PCB e suas teses. Os dois principais são: Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré.

O primeiro realiza principalmente trabalhos sobre a questão agrária brasileira. Esses trabalhos coincidem, de forma geral, com a orientação comunista, procurando mesmo aprofundá-la. Assim, Alberto Passos Guimarães em seu livro mais importante, *Quatro séculos de latifúndio*, se insurgirá contra o questionamento do passado feudal do Brasil, afirmando que “o processo evolutivo em curso na sociedade lusa [de desenvolvimento do capital comercial] não veio continuar-se no Brasil Colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da história, embaçada pelo sonho de ver reconstruído o seu passado” (GUIMARÃES, 1968: 23).

Mais adiante, Alberto Passos chega a afirmar que, “na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível

de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento da mão de obra [...]. Mas em compensação, pôde desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial” (GUIMARÃES, 1968: 29).

Mas mesmo que possa parecer estranho um “feudalismo” onde as relações de produção são escravistas e a economia não é natural, Alberto Passos parece não ter dúvidas quanto a ter sido este o caráter da colonização brasileira: “nenhuma dessas alterações, a que precisou amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir o seu caráter feudal”. Como prova disso, aponta para o fato que “muito freqüentemente as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção” (GUIMARÃES, 1968: 29), sobretudo com o escravo produzindo seu próprio sustento. Que formas similares ao feudalismo possam ter aparecido no Brasil Colônia não é de se estranhar. O estranho, contudo, é considerar, como faz Alberto Passos, estas formas como o dominante na formação econômico-social da Colônia, voltada toda ela para a exportação de bens primários resultantes do trabalho do braço escravo.

Nelson Werneck Sodré é, por sua vez, um pensador mais independente e sofisticado do que Alberto Passos Guimarães. Em relação à caracterização do passado colonial do Brasil, contudo, sua avaliação varia em diferentes trabalhos. Em alguns textos considera haver na Colônia um tipo especial de capitalismo, que, na linha do argentino Sérgio Bagu, chama de capitalismo colonial; em outros, aponta para um suposto progressivo predomínio do feudalismo no Brasil. Assim, em 1958, em *Introdução à revolução brasileira*, afirma: “nessa estrutura, o que se esboça, desde os primeiros dias, como um destino a que é impossível fugir, é na verdade, uma forma particular de capitalismo — o capitalismo colonial —, condicionado em todas as suas manifestações, ainda as mais elementares, ao desenvolvimento do capitalismo comercial europeu, eivado, apenas para caracterizar a sua aparência exterior, dos traços locais antes indicados” (SODRÉ, 1958: 64). Já em *História da burguesia brasileira*, livro de 1964,

defende ponto de vista oposto: “a ampliação da área em que se instalam relações feudais no Brasil é um processo que abrange a história do país desde o início da colonização quase, e chega aos nossos dias. Começa com o pastoreio sertanejo que, no seu desenvolvimento, acaba por incorporar áreas antes escravistas em decadência, a partir do momento em que a economia açucareira entra em sua prolongada crise e se submete à estagnação” (SODRÉ, 1976: 29).

O estranho é que Sodré considera que “só as atividades de exportação comportam o escravismo e, ainda nesse caso, o regime anuncia claramente a sua precariedade, sua dificuldade em competir no exterior, sua carência de produtividade” (SODRÉ, 1976: 34). Ora, sabemos que toda a economia colonial estava voltada para a produção para o mercado externo, portanto, como considerar que a escravidão é secundária se ela é a base das atividades que orientam a vida da Colônia?

Mas se Nelson Werneck Sodré se permite em certos momentos alguma independência em relação ao PCB na caracterização do passado colonial do Brasil, o mesmo não ocorre com sua análise da nossa estrutura social. Chega a afirmar que “povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional” (SODRÉ, 1982: 401), ou seja, precisamente os grupos que o PCB acredita que deveriam realizar nossa Revolução “Democrático-Burguesa, Antiimperialista e Anti-feudal”. Constata-se, por esse trecho, que o termo povo, em geral utilizado como uma quase entidade metafísica de difícil definição, é empregado de forma particularmente imprecisa por Werneck Sodré. Tem talvez um sentido próximo ao do Terceiro Estado da Revolução Francesa, com a diferença de que este era considerado como um corpo único por seus contendores, o Primeiro e o Segundo Estados, enquanto aqui nada o unifica, a não ser a vontade de Werneck Sodré e do PCB.

Fora do PCB, também a partir do final da década de vinte começam a surgir análises marxistas da realidade brasileira. Elas aparecem sobretudo em grupos à esquerda do partido, que, devido à sua não-vinculação com a política

soviética, podem fornecer um retrato mais fidedigno do país.

O pioneiro desses textos é o “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” de 1930. Escrito pelos intelectuais Mário Pedrosa e Lívio Xavier, antigos militantes do PCB que se aproximaram do trotskismo e das teses da Oposição de Esquerda, este artigo é publicado em *A luta de classes*, órgão da Liga Comunista.

Mesmo que o artigo de Pedrosa e Xavier ainda se mantenha sob a influência das teses da Internacional Comunista sobre os “países coloniais, semi-coloniais”, ele é mesmo superior ao texto pioneiro de Octavio Brandão. Chega inclusive a antecipar boa parte das posições esquerdistas que se popularizarão a partir da década de sessenta. Assim, afirma que “o modo de produção capitalista e a acumulação — e, por consequência, a propriedade privada capitalista — foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo” (*apud* ABRAMO e KAREPOVS, 1987: 66-67) apesar de, logo adiante, se contradizer, ao caracterizar nossa colonização como uma “forma peculiar de feudalismo” (*apud* ABRAMO e KAREPOVS, 1987: 68). O artigo também nega a existência de oposição entre imperialismo e burguesia nacional, que considera que em países novos como o nosso “ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária” (*apud* ABRAMO e KAREPOVS, 1987: 65). Pedrosa e Xavier questionam além do mais o antagonismo entre burguesia urbana e proprietários rurais e defendem que a relação de trabalho prevalecente no campo é o salariado. As conclusões que se pode tirar de tais postulados são também bastante claras para eles: se deveria procurar organizar autonomamente a classe trabalhadora, preparando o caminho para a Revolução Permanente que instauraria imediatamente o socialismo.

As organizações trotskistas que surgirão posteriormente, assim como grupos próximos de posições luxemburgistas, manterão basicamente esse tipo de análise, além de, no caso dos últimos, valorizar a democracia. Por outro lado, a inserção social desses grupos será mínima, funcionando mais como seitas do que como partidos. Além do mais, se a III Internacional e

as análises derivadas dela tenderam a equivaler o Brasil e a América Latina ao “Oriente”, a extrema-esquerda tende a considerar o capitalismo como praticamente homogêneo, o que lhes cria enormes dificuldades de lidar com a questão nacional, como pode-se constatar por um texto de 1962 de um dos principais teóricos da Organização Marxista Revolucionária — também conhecida como POLOP —, Moniz Bandeira: “a conjuntura mundial, na etapa do imperialismo, [...] acabou [com] as velhas distinções entre países maduros e não maduros para o socialismo”. Assim, “em virtude do desenvolvimento desigual, irregular e combinado do capitalismo [...], confundem-se as etapas da revolução, não podendo haver dissociação entre as tarefas burguesas e as reivindicações socialistas” (BANDEIRA *apud* CARONE, 1981: 79).

Mas é só por volta do final da década de cinquenta e início da de sessenta, longe do PCB e próximo da universidade e por vezes de grupos à esquerda do PCB, que se forma verdadeiramente um marxismo brasileiro. Isto é, textos marxistas deixam de ser apenas manifestações isoladas e se começa a produzir uma literatura marxista como um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que [...] fazem [dessa] literatura aspecto orgânico da civilização” (CÂNDIDO, 1993: 23). Dessa forma, na década de sessenta passam a existir, em relação ao marxismo, as condições mínimas que Antônio Cândido aponta para que haja comunicação literária: 1) a existência de um conjunto de produtores literários; 2) a existência de um conjunto de receptores literários que formam públicos; 3) a existência de um mecanismo transmissor, a linguagem, que pode se converter em diferentes estilos.

É bem verdade que antes da década de sessenta existiam autores e leitores marxistas no Brasil, mas o terceiro elemento para que exista comunicação literária, a linguagem, estava ausente de nosso meio. Isto porque, de maneira geral, nossos marxistas não se preocupavam em elaborar uma linguagem que estivesse de acordo com as nossas condições, contentando-se, em compensação, a consumir as fórmulas que a III Internacional havia elaborado para os “países coloniais, semi-coloniais ou dependentes”. Não havia, portanto,

um sistema articulado, um marxismo autônomo no Brasil, já que o que existia de produção marxista no país estava diretamente ligado a uma outra tradição, a tradição da III Internacional e, indiretamente, através dela, à tradição do marxismo soviético.

Apenas com o marxismo uspiano — “capítulo brasileiro do marxismo ocidental” — passa a existir um marxismo brasileiro, em razão de certos marxistas na década de cinquenta e sessenta finalmente terem sido capazes de formular uma explicação do Brasil. Paulo Arantes, que foi quem melhor estudou o marxismo uspiano, assinala mesmo que ele tinha “como ponto de partida e horizonte conclusivo refazer radicalmente o diagnóstico da síndrome brasileira de origem, do complexo colonial à nossa inserção oblíqua e subordinada no sistema mundial do capitalismo contemporâneo” (ARANTES, 1994: 239). Esses autores marxistas criaram, portanto, uma linguagem específica, tendo também se formado em torno deles um público que consumia suas obras.

Caio Prado Jr., que produziu o essencial de sua obra no período anterior, foi, conseqüentemente, um solitário⁷. Como os dependentistas e uspianos, porém, preocupou-se basicamente em entender a particularidade latino-americana e brasileira. Diferentemente deles, contudo, não se formou em torno de Caio Prado uma tradição⁸.

Caio pode, conseqüentemente, ser encarado

⁷ Um marxista uspiano de destaque, Roberto Schwarz, reconhece o caráter pioneiro de nosso autor: “o caso de exceção foi Caio Prado Jr., em cuja pessoa inesperada o prisma marxista se articulou criticamente à acumulação intelectual de uma grande família do café e da política, produzindo uma obra superior, alheia ao primarismo e assentada no conhecimento sóbrio das realidades locais” (SCHWARZ, *Folha de São Paulo*, p. 5).

⁸ É possível que a *Revista Brasiliense*, que teve em Caio Prado Jr. seu principal animador, tenha congregado um certo número de intelectuais identificados com suas teses. A revista, porém, foi incapaz de criar propriamente um grupo articulado que mantivesse uma continuidade e, assim, criasse ao longo do tempo uma tradição.

como um marginal no seu ambiente político e intelectual principal, o marxismo do Brasil. Prova disso é que, ao longo de seus muitos anos de militância comunista, praticamente não exerceu cargos de destaque no PCB. As exceções foram apenas no período da Aliança Nacional Libertadora (ANL), quando foi vice-presidente da seção paulista, e na curta legalidade do PCB, entre 1945 e 1947, em que foi eleito deputado estadual e líder da bancada comunista na Assembléia Legislativa de São Paulo⁹. Também do ponto de vista teórico defendeu teses minoritárias no interior do partido, tendo afirmado já em 1933, em *Evolução política do Brasil*, que “podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo que não existe, entre nossa economia e da Europa medieval” (PRADO Jr., 1987: 17).

II. CAIO PRADO JR. E O PCB

Mais, porém, do que um solitário, talvez se possa considerar Caio Prado como membro de um grupo minoritário no PCB (LIMONGI, 1987), o qual, entretanto, não chegou a ser uma fração. Vejamos os principais momentos da história desse grupo.

Com a entrada do Brasil na II Guerra, o PCB, que fora praticamente destruído com a repressão do Estado Novo, começa por volta de 1943 a se reorganizar. Com a reestruturação surgem também divergências no interior do partido. De um lado, cria-se a Comissão Nacional de Organização Política (CNOP), sediada no Rio de Janeiro e constituída principalmente pelo chamado “grupo baiano”. Oposto a ela formam-se os Comitês de Ação, com bases principalmente em São Paulo. Fazia parte da CNOP gente como Diógenes Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois e Mário Alves, que viariam a constituir o grupo dirigente do PCB durante o período democrático. Por outro lado, eram membros dos Comitês de Ação principalmente intelectuais, como Caio Prado Jr., Mário Schenberg, Victor Konder e David Lerner.

⁹ No primeiro caso, contudo, é preciso assinalar que a vice-presidência era de uma organização frentista da qual o PCB fazia parte e não propriamente do partido.

Enquanto o primeiro grupo era favorável, em nome de uma união nacional que a Guerra contra o Eixo exigiria, a apoiar o antigo ditador Getúlio Vargas, os Comitês de Ação defendiam a luta aberta contra o “fascismo” do Estado Novo. Assim, foi Caio Prado Jr. que sugeriu o nome para o partido que deveria congrega a oposição a Getúlio, a União Democrática Nacional (UDN) (PRADO Jr., 1981). Contudo, com a decisão do Secretário-Geral Luís Carlos Prestes de apoiar a CNOP, a luta interna no interior do PCB se decide favoravelmente a esse grupo. Alguns membros inconformados dos Comitês de Ação chegam mesmo a não aceitar a decisão, vindo a ingressar na Esquerda Democrática (ED) (CHILCOTE, 1974; RODRIGUES, 1983). Este, porém, não é o caso de Caio Prado, que se mantém fiel ao PCB¹⁰.

Portanto, em 1955, quando é fundada a *Revista Brasiliense*, as divergências entre Caio Prado Jr. e a direção do PCB, tanto do ponto de vista teórico como prático, já haviam sido bastante significativas. Dessa forma, mesmo que o manifesto de fundação da revista afirme que ela não terá “ligações de ordem política e partidária [e que] será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores” (REVISTA BRASILIENSE, 1955: 21), Fernando Limongi tem razão em apontar para o grande número de membros do PCB envolvidos com o empreendimento editorial. Estes comunistas, além do mais, têm em comum o fato de se identificarem com teses minoritárias no interior do partido, questionando principalmente a caracterização da questão agrária e a aliança com o populismo que passa a ser feita a partir da

¹⁰ Além dessa divisão no interior do PCB, ocorrida durante a redemocratização, já em 1937, quando deveriam ser realizadas eleições para a sucessão de Getúlio Vargas, haviam aparecido divergências entre a direção do PCB e o Comitê Regional de São Paulo. Os paulistas se recusaram a apoiar a candidatura oficialista de José Américo de Almeida, argumentando que isto representaria uma forma de colaboracionismo com o “fascismo getulista”. Esta recusa levou à expulsão de alguns dirigentes como Hermínio Saccheta e Heitor Ferreira Lima. Caio Prado, contudo, não parece ter participado da luta interna, já que em 1937, depois de passar dois anos na prisão, partia para o exílio na França.

segunda metade da década de cinquenta.

Assim, a sugestão de Limongi, da existência de uma certa continuidade entre os “Comitês de Ação” e a *Revista Brasiliense* parece não ser inteiramente descabida. Caio Prado é, além do mais, pelo menos no segundo caso, o seu principal nome, sendo em torno de suas teses que os outros membros do “grupo” se articulavam¹¹. Mais do que um grupo político organizado, estes amigos comunistas parecem constituir algo similar a aquilo que J. P. Nettl (1969), na sua biografia de Rosa Luxemburgo, chama de “grupo de pares” (*peer group*) que existia no Partido Social-Democrata do Reino da Polônia (PSDRP). Assim como os intelectuais judeus que constituíam o núcleo da liderança do PSDRP, os intelectuais paulistas da *Revista Brasiliense* compartilhavam mais do que posições políticas. Laços de amizade os uniam, o que talvez tenha contribuído até para criar um certo *ethos* entre eles. Portanto, mesmo que se considere Caio Prado um solitário, ele é um solitário de tipo especial, ou seja, um solitário que não fala apenas em nome próprio.

Prova da ligação da *Revista Brasiliense* com certos comunistas é que, além de Caio e Elias Chaves Neto, seus principais animadores — que, ao longo de seus 46 números, publicaram respectivamente 31 e 47 artigos¹² —, aparecem entre os mais importantes colaboradores da revista gente que num momento ou outro esteve ligada ao PCB, como: Heitor Ferreira Lima (28 artigos), Álvaro de Faria (26 artigos), Everardo Dias (22 artigos), Paulo Alves Pinto (22 artigos), F. Pompeo do Amaral (12 artigos), Octávio Brandão (12 artigos), Samuel B. Pessoa (12 artigos) João Cruz Costa (7 artigos), Catulo Branco (7 artigos), Otto Alcides Ohlwieter (5 artigos) e José Chasin (4 artigos). No núcleo central da

¹¹ Um membro destacado do grupo, seu primo Elias Chaves Neto, não deixa dúvidas quanto a isso: “foi dentro das concepções nacionalistas da tese apresentada por Caio Prado Jr. [*Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*] que um grupo de intelectuais comunistas e não comunistas fundou a *Revista Brasiliense*” (CHAVES Neto, 1977: 142).

¹² Os dados que seguem baseiam-se em LIMONGI, 1987.

revista a presença comunista é ainda mais significativa. Dos dez colaboradores mais assíduos da *Revista Brasiliense*, nove deles tiveram alguma ligação com o PCB. Entre eles, apenas Florestan Fernandes (12 artigos) não foi membro do PCB¹³. Portanto, há indícios seguros de que a *Revista Brasiliense*, apesar de sua independência, fazia parte da órbita cultural comunista.

É possível também que muitas das características da *Revista Brasiliense* se devam à sua origem regional. Em São Paulo, estado com menor presença do poder central que o Rio de Janeiro, a busca por uma ação autônoma da classe trabalhadora é uma possibilidade maior. Não é mero acaso, portanto, que em diferentes momentos históricos, como na época de domínio anarquista e da formação do PT, isto tenha sido uma importante aspiração para setores do movimento operário¹⁴.

III. CAIO PRADO JR. E A LITERATURA SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL

Em seu esforço de compreender as particularidades da sociedade brasileira, Caio Prado acaba, porém, por se afastar do PCB e se aproximar de outros autores, muitos deles não marxistas, que se preocuparam com a mesma questão. Obceca a estes autores, como nota Paulo Arantes, principalmente uma questão: “a ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de formação”. Assim, inspirados pelo que vêem nos países de capitalismo central, parecem querer “dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução” (ARANDES, 1992: 229).

É esta preocupação comum que dá a tanto livros chaves de interpretação do Brasil um ar de família. Não por acaso, boa parte deles, a começar pelo de Caio que dá origem ao gênero, ostentam no título a palavra “formação”: *Forma-*

ção do Brasil contemporâneo, publicado em 1942; *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado em 1959; *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Cândido, publicado em 1959; *Os donos do poder*, que tem como subtítulo *formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro, publicado em 1958. Mesmo outras obras, como *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicada em 1936, apesar de não conterem a palavra “formação” no título, estão inspiradas pelo mesmo tipo de preocupação.

Como se pode constatar pela breve relação de títulos reproduzida acima, a maior parte desses livros é da década de trinta e cinquenta, períodos, portanto, essenciais neste século para a reflexão sobre o Brasil. Talvez se possa mesmo considerar, como faz Luciano Martins (1987), que, a partir do modernismo, começa a se formar uma *intelligentsia* brasileira. Assim, apesar de ser possível encontrar sopros de radicalismo em certos pensadores e escritores, como Joaquim Nabuco, Manoel Bonfim, Euclides da Cunha e Lima Barreto, eles ainda são autores isolados, incapazes, portanto, de realmente impulsionar a mudança no país.

Em contraste, a partir do modernismo, intelectuais passam a encarar, como sua tarefa, auxiliar numa transformação quase completa do Brasil. Sinal disso é o discurso em que Graça Aranha anuncia seu abandono da Academia Brasileira de Letras e ingresso nas fileiras modernistas: “o movimento espiritual modernista não se deve limitar unicamente à arte e à literatura, ele deve ser total. Há necessidade, tão longamente esperada, de transformação filosófica, social e política” (*apud* MARTINS, 1987: 76-77). Assim, de forma similar aos populistas russos, os modernistas brasileiros procurarão “ir ao povo”, buscando apreender o que é a identidade brasileira. A partir daí, se abrirá caminho para interpretações globais do país não naturalistas, que abandonam a explicação racista ou baseada no “meio tropical”.

Caio Prado Jr. teve, portanto, a felicidade de ter realizado o grosso de sua atividade intelectual nesse período essencial para a reflexão acerca do Brasil, podendo ser considerado como mem-

¹³ Florestan Fernandes, entretanto, desejou filiar-se ao Partido. Cf. FERNANDES, 1989.

¹⁴ No Rio de Janeiro, em compensação, já no período da República Velha pode-se apontar para a existência de um sindicalismo “amarelo”, antecessor do trabalhismo e bastante ligado ao Estado (FAUSTO, 1986).

bro destacado de uma *intelligentsia* em gestação. Mais especificamente, os dois principais momentos da produção intelectual de Caio Prado se dão entre 1933 e 1945 e entre 1955 e 1969, respectivamente os períodos em que alguns intelectuais se lançam ao descobrimento dos fundamentos da “brasileiridade” e à militância nacionalista. No primeiro período, Caio Prado escreveu: *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945), além de *URSS, um novo mundo* (1934). Já no segundo momento, publicou: *Dialética do conhecimento* (1952), *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), *Esboço dos fundamentos de teoria econômica* (1957), *Notas introdutórias à lógica dialética* (1959), *A revolução brasileira* (1966) e *História e desenvolvimento* (1969), além de *O mundo do socialismo* (1962).

No que se refere à “geração” de trinta, Caio Prado Jr. é considerado, juntamente com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, um dos seus principais membros. Os três são vistos até como os inauguradores de uma nova maneira de se entender o Brasil.

É característico da “geração de trinta”, a preocupação de fornecer uma explicação global do Brasil que orienta a obra de Caio Prado Jr. Assim como os modernistas que o haviam precedido, os três cavaleiros de 1930 parecem ter encarado como sua principal tarefa a criação de um país, ou ao menos, a idéia de que se faz dele, coisas que, convenhamos, se confundem. Mas como os modernistas já haviam estabelecido os símbolos para pensar o Brasil, ficou mais fácil para Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. se lançarem, de forma mais ou menos sistemática, ao estudo da gramática que constitui o país. Não é mero acaso, portanto, que a investigação nesse momento tenha sido, sobretudo, historiográfica.

As condições de produção intelectual no outro grande momento da atividade de Caio Prado Jr., da segunda metade da década de cinquenta até os anos sessenta, contrastam bastante com o primeiro período. Nesse momento, que corresponde, grosso modo, ao período de existência da *Revista Brasiliense*¹⁵, o trabalho intelectual se dá de forma coletiva. O que não

ocorre apenas com a *Revista Brasiliense*, mas também com os outros elementos constitutivos do contexto intelectual e político mais amplo do qual a revista faz parte.

Mesmo que a atividade cultural continue a não ter no Brasil um caráter inteiramente cumulativo, que favoreceria o estabelecimento de tradições, não se pode negar que, a partir do desbravamento intelectual realizado na década de vinte e trinta por homens solitários, criaram-se condições de produção intelectual mais permanentes e seguras. Assim, a produção mais significativa da esquerda nacionalista é feita a partir de certas instituições. Verdade que o caráter dessas instituições varia bastante. Há tanto as consolidadas, como a Universidade de São Paulo (USP), as mais ou menos consolidadas, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e as mais precárias, como a *Revista Brasiliense*.

Também diferentes da década de trinta, são as preocupações que orientam estas instituições. Vimos que nos anos trinta, tanto para os intelectuais como, de certa forma, para o novo regime, se tratava fundamentalmente de se criar o Brasil, ou ao menos um novo Brasil, diferente daquele país atrasado da República Velha. Agora, já na segunda metade da década de cinquenta¹⁶, quase todos parecem se mover a partir de certos pressupostos comuns sobre o país em que vivem. Estes pressupostos, que foram estabelecidos nas décadas anteriores, dizem respeito tanto à caracterização do Brasil, como às aspirações do que o país deveria ser. Ganharam tanta força que se pode pensar na existência de uma certa hegemonia na sociedade brasileira¹⁷. Apesar de todos os equívocos que apareceram

¹⁵ Na delimitação desse período fui até 1969, apesar de a *Revista Brasiliense* encerrar suas atividades com o golpe de 1964, por entender que a ordem de preocupações que aparecem em *A revolução brasileira* e *História e desenvolvimento* serem fundamentalmente as mesmas da revista.

¹⁶ Tanto a *Revista Brasiliense*, como o ISEB, são criados em 1955, sendo também nesse período que ganham força os estudos, iniciados em 1951, sobre escravidão e relações raciais, realizados na USP por inspiração, sobretudo, de Florestan Fernandes.

¹⁷ Não no sentido do marxismo russo, já que esta

e continuaram a aparecer no tratamento desses temas: por exemplo, ter se pensado o Brasil como uma “democracia racial” ou não; o brasileiro como um “homem cordial” ou não; nossa colonização como primordialmente orientada para o mercado externo ou não. Mais, o objetivo que vem orientando o país desde 1930 tem sido um só: o desenvolvimento baseado, sobretudo, numa acelerada industrialização.

Conseqüentemente, na segunda metade da década de cinquenta já não se discute tão apaixonadamente o que é o Brasil, já que todos parecem imaginar que têm uma idéia do que seja isto. A questão agora é outra. É determinar qual será o lugar do país no mundo. O que faz com que o tema do nacionalismo apareça com toda a força. Resumidamente e de forma um tanto esquemática, pode-se dizer que, se antes se tratava de estabelecer a nação, agora o problema é de determinar qual será o destino desta nação.

Mas as diferenças entre os dois períodos não param aí. Enquanto a discussão de Caio Prado Jr. e seus contemporâneos da “geração de trinta” quase se dá no “vácuo”, no sentido de que praticamente não fazem parte de grupo algum¹⁸,

tradição política vê *hegemonia* como a direção política que uma classe ou fração de classe exerce em uma aliança policlassista, mas em parte no sentido gramsciano, que identifica *hegemonia* também com a direção intelectual e moral que se exerce no espaço da sociedade civil (LACLAU e MOUFFE, 1989). Sabemos, pela análise de Francisco Weffort (1978), que uma das características do populismo é precisamente a ausência de hegemonia, já que nenhuma classe ou fração de classe participante na coalizão social que realizou a Revolução de 1930 substituiu a burguesia cafeeira como grupo dirigente no país. Por outro lado, o “Estado de compromisso”, com sua situação de equilíbrio entre as classes fundamentais, e, conseqüentemente, a excepcional autonomia do aparelho estatal, acaba elaborando um projeto para o país. Projeto em torno do qual todas as forças sociais fundamentais se posicionaram. Por um certo período de tempo este projeto pôde, portanto, ser mesmo identificado com a direção intelectual e moral da vida brasileira, tendo se convertido em um quase senso comum.

¹⁸ Entre os “homens de 1930”, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda têm ligação com o modernismo em suas duas vertentes principais,

no segundo momento da sua atividade intelectual o debate ocorre em limites mais estreitos, já que haviam surgido públicos mais visíveis, aos quais se devia dirigir. Assim, em 1933, quando Caio Prado publica seu primeiro livro, *Evolução política do Brasil*, quase não existe quem produza e leia livros marxistas sobre o Brasil, enquanto o período de existência da *Revista Brasiliense* coincide, de forma geral, com o momento mais pujante da cultura de esquerda brasileira.

É natural que, no primeiro período, Caio e seus companheiros de “geração” quase fossem obrigados a serem originais, já que tinham de estabelecer as idéias que fariam o Brasil ser Brasil, enquanto no segundo momento, já era menor o espaço para idéias novas, por existirem explicações a respeito do Brasil mais ou menos consolidadas. De certa maneira, o que ocorreu foi que, por certas idéias, estabelecidas na décadas de vinte e trinta, terem se tornado respeitáveis, terem sido — como diz Antônio Cândido (1989) a respeito do modernismo, rotinizadas —, não se podia mais fazer tanto como antes. Assim, no que diz respeito a Caio Prado Jr., ele teve que se defrontar com toda uma série de pressupostos, com os quais muitas vezes se identificava, e que criavam uma identidade comum para a idéia gelatinosa, até há pouco usada, de “pensamento nacionalista brasileiro”. O nacionalismo, que, mais do que um pensamento articulado, era quase uma atitude intelectual, chegou a representar, portanto, uma limitação para o pensamento de Caio e de outros.

O populismo foi o principal grupo identificado com as assim chamadas teses nacionalistas na América Latina. Conseqüentemente, nes-

respectivamente: o regionalismo nordestino e o grupo paulista. O esforço intelectual dos dois é, entretanto, mais “sistemático” do que as obras artísticas modernistas. Mesmo assim, Gilberto Freyre talvez seja uma exceção na “geração de trinta”, já que se pode estabelecer uma certa continuidade entre seu pensamento e o “racismo científico” de Silvio Romero e Nina Rodrigues. A diferença de Freyre em relação a estes autores deriva, em grande parte, da substituição que efetua do conceito de raça pelo de cultura. Mesmo assim, utiliza seu novo conceito de forma em muitos pontos similar ao antigo.

se seu segundo período de atividade intelectual, Caio Prado Jr. e o pensamento marxista da América Latina têm nele seu principal interlocutor¹⁹. Mesmo outros interlocutores importantes de Caio neste período, como o ISEB e a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), fazem parte do universo político-cultural do populismo. Todos, de forma geral, identificam o atraso, legado pela antiga dominação oligárquica, como o grande obstáculo a ser transposto, via, sobretudo, uma industrialização a ser promovida pelo Estado, amparado por uma aliança policlassista.

No caso brasileiro, comunistas e populistas se aproximam de tal forma que chegam mesmo a protagonizar uma aliança complicada. Este é mesmo um dos fatores que leva ao isolamento de Caio Prado Jr. e daqueles que pensam como ele no PCB. De qualquer forma, a aliança faz com que haja uma certa coincidência nas doenças diagnosticadas e nos remédios prescritos por populistas e comunistas para o Brasil. A diferença maior acaba aparecendo na meta final a ser perseguida por uns e outros: enquanto populistas e similares se contentam com a criação de um país que tenha um desenvolvimento voltado “para dentro”, comunistas enxergam nisso, no esquema da Revolução Burguesa, uma etapa necessária, mas que apenas prepara o caminho para o estabelecimento do socialismo.

Dessa forma, mesmo quem é uma voz isolada no PCB, como Caio Prado Jr., é incapaz de fugir inteiramente ao senso comum de seu grupo e época. Como outros que no período eram chamados de nacionalistas, Caio vê o desenvolvimento “para fora”, principalmente através da exportação de matérias-primas, como o grande problema do Brasil, naturalmente a ser corrigido através de um desenvolvimento “para dentro”, onde a industrialização tem papel preponderante.

Está mesmo na sua divergência com outros

¹⁹ O primeiro período de atividade de Caio Prado coincide com os primórdios do populismo no Brasil. Nesse período, entretanto, os traços característicos dessa tradição política ainda não tinham sido estabelecidos de maneira tão clara.

autores nacionalistas de então, como Celso Furtado (1991), a grande falha de Caio Prado Jr.: sua incapacidade de entender o “sentido” da industrialização brasileira. Diferentemente do que imagina, ela não prolonga a situação colonial, mas é um processo, em grande parte endógeno, que transforma profundamente o Brasil.

Mas além das diferenças existentes entre os períodos em que Caio Prado Jr. é ativo intelectual e politicamente, há também distinções “internas” nas posturas dos autores e grupos envolvidos com os dois ambientes intelectuais e políticos em que atua. Fato bastante natural, que ocorreu igualmente em diversas outras experiências intelectuais. Dessa forma, Goldmann, ao falar de uma situação bastante distinta da nossa, nos dá boas pistas para compreender o fenômeno: “o pertencer à sociedade francesa do século XVII não pode explicar nem fazer compreender a obra de Pascal, Descartes e Gassendi, ou a de Racine, Corneille e Molière, na medida mesmo que são obras que exprimem visões diferentes e mesmo opostas, apesar de todos os seus autores pertencerem à sociedade francesa do século XVII. Por outro lado, este fazer parte comum pode explicar certos elementos formais comuns aos três pensadores e escritores” (GOLDMANN, 1964: 22).

O mesmo se dá com Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque Holanda, a *Revista Brasileira*, a USP e o ISEB. Todos eles fazem parte do contexto intelectual brasileiro entre a terceira e sexta década desse século, o que contribui para que tenham preocupações comuns, mesmo que sob perspectivas divergentes, muitas vezes até opostas. Assim, enquanto na “geração de trinta” Gilberto Freyre é saudosista em relação ao nosso passado e Sérgio Buarque nota, aliviado, os sinais que apontam para sua superação, Caio Prado avalia, consternado, que há no Brasil uma imbricação do presente com o passado. Na década de cinquenta, por sua vez, certas instituições, como a CEPAL e o ISEB, respectivamente órgãos da ONU e do governo brasileiro, assumem uma postura próxima de estatolatria, acreditando que técnicos trabalhando junto ao aparelho estatal seriam capazes de racionalmente diagnosticar nossos males e

apontar sua solução²⁰, e a USP assumia uma postura mais independente e “acadêmica”, também preocupada com a intervenção política, mas subordinando-a à necessidade de manter o rigor científico, a *Revista Brasiliense* e Caio assumiam uma postura intermediária: eram militantes, assim como a CEPAL e o ISEB, mas sem estarem ligados ao aparelho estatal e à linha dominante no PCB, o que possibilitava manterem, tal como a USP, uma postura independente.

IV. CAIO PRADO JR. COMO CONTINUADOR E INOVADOR NO MARXISMO DO BRASIL

Se é verdade que Caio Prado Jr., como solitário que é, inova em relação às formulações do PCB, elaborando uma explicação do Brasil mais de acordo com a nossa experiência histórico-social, não chega, contudo, a romper inteiramente com o grupo intelectual e político do qual faz parte. Ou seja, inova a partir do marxismo da América Latina e do Brasil, mas ainda dentro desses contextos.

Talvez seja mesmo quando trata de uma das grandes questões, senão a maior, da sensibilidade da esquerda latino-americana e brasileira, a questão nacional, que Caio Prado vá mais longe na sua originalidade. Nossa esquerda, como nota Fernando Pedreira (1982), é “nacionalista e pequeno-burguesa”; todavia, seu nacionalismo, mesmo que muitas vezes equivocado, de forma geral não a desmerece. Ocorre justamente o contrário, em razão de haver, como afirma Jorge Castañeda, uma “clara identificação da independência nacional com a mudança social” (CASTAÑEDA, 1993: 272) na América Latina. O que não se dá por acaso, já que os países da América Latina são fruto de revoluções incompletas, nossas independências do século passado. Dessa forma, nações inconclusas têm como principal problema justamente o fato de não conseguirem integrar a maior parte de suas populações à vida nacional.

²⁰ Talvez até porque acreditassem que se encontravam numa posição privilegiada em relação ao conjunto da sociedade, sendo capazes de ver por cima das divergências de interesses e valores que a dividiam.

Portanto, Caio Prado Jr., ao tratar da questão nacional, é, além de continuador de uma certa linha intelectual e política, a do marxismo do PCB, também um inovador que aponta para caminhos que só serão explorados posteriormente pelo marxismo uspiiano.

Mas como explicar a independência intelectual de Caio Prado Jr.? Uma possível resposta é a fornecida por Sérgio Miceli (1989: 102). Nota esse autor que Caio e seus companheiros de geração, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, iniciam sua atividade intelectual num momento em que a vida universitária ainda não está consolidada no país, o que contribui para que sejam quase uma espécie de grandes senhores intelectuais. Diz Miceli: “os autores de *Evolução política do Brasil, Raízes do Brasil e Casa grande e senzala* trabalhavam por conta própria, não tendo então quaisquer laços com a instituição universitária, empresários de suas obras na acepção literal do termo, e ainda bastante marcados pelos procedimentos da fatura ensaística²¹. Os três desenvolveram sua carreira intelectual valendo-se basicamente de seu patrimônio material e social, devendo quase nada a mentores políticos, partidários ou acadêmicos”. Seriam, portanto, “livre-atiradores isolados [...] últimos representantes de uma categoria de grandes intelectuais autodidatas” (MICELI, 1989: 102)²².

Por outro lado, como sugere Emir Sader (1996), a partir do aparecimento da universidade passa a ocorrer no Brasil um processo em muitos

²¹ Bolívar Lamounier, ao falar do pensamento autoritário, resume a estrutura narrativa desse gênero: “invariavelmente se inicia com *amplas reflexões histórico-sociológicas* sobre a formação colonial do país, estende-se no diagnóstico do presente [...] e culmina na proposição de algum *modelo* alternativo de organização político-institucional” (LAMOUNIER, 1990: 345).

²² A tese de Miceli pertence a um dos modelos para explicar a história intelectual brasileira, o institucional-cientificista, que Wanderley Guilherme dos Santos discute. De acordo com este modelo, a criação das universidades no Brasil, a partir da década de trinta, seria quase que um momento mágico na transformação do pensamento brasileiro. Portanto, mesmo sendo correta a premissa de que o aparecimento de uma vida universitária é um divisor de águas na

pontos similar ao discutido por Russel Jacoby (1990) em relação aos EUA, de desaparecimento do intelectual público. Isto apesar do processo não se dar da mesma forma em nosso país. Ao contrário, a atual visibilidade de intelectuais no Brasil parece mesmo ser exagerada; eles estão em todos os lugares, infestam os jornais e seus suplementos culturais²³. Mas, se diferentemente dos EUA, muitos de nossos intelectuais de variadas faixas etárias escrevem para públicos mais amplos, de maneira similar ao “gigante do norte”, o tipo de preocupação que orienta boa parte de nossa intelectualidade já não é o mesmo da geração de Edmund Wilson e Caio Prado Jr. Dessa forma, contrastando com os antigos, os modernos não tratam mais de grandes temas numa linguagem acessível, preferem discutir problemas que só podem interessar a um grupo restrito numa linguagem cifrada. Pior, a preocupação ética parece estar quase ausente de seus trabalhos.

Mas se há diferenças entre os EUA e o Brasil em relação à repercussão de escritos de intelectuais, os motivos que levam, num país como no outro, à irrelevância da maior parte dos trabalhos publicados são basicamente os mesmos. Jacoby aponta para a deterioração das cidades, o crescimento dos subúrbios, a expansão das

produção intelectual brasileira, as implicações que se tiram de tal constatação são exageradas. Há uma quase representação no modelo: antes da universidade o que existia eram certos diletantes, na maior parte dos casos literatos com pretensões políticas; com a universidade passa a haver “ciência”. Ver SANTOS, 1978.

²³ Até em razão de nossa alta taxa de analfabetismo, pode-se, entretanto, desconfiar da expressão numérica dos públicos que atingem. Assim, se imaginarmos, com muita boa vontade, que quem tem acesso aos artigos dos intelectuais são todos os leitores de jornais, constataremos que essa produção se dá num quase “círculo fechado”. Isso, devido à estreiteza do meio, faz praticamente dos leitores de jornal intelectuais, ou o equivalente a isso no Brasil. Portanto, a publicação de artigos de intelectuais talvez tenha como motivação principal mais o prestígio dela resultante do que uma real preocupação com a análise de problemas candentes. O que não é de se estranhar em um país com passado escravista e tradição bacaharelesca.

universidades e o declínio da boêmia como os principais motivos que levaram nos EUA ao desaparecimento dos intelectuais públicos. No Brasil, por nosso turno, pode-se imaginar que o aparecimento das universidades, a deterioração das zonas centrais das grandes cidades e o declínio da boêmia tiveram efeito similar. Mas o cômputo geral em relação à produção intelectual, num país como noutro, talvez seja similar: ganhou-se em rigor, mas se perdeu muito em amplitude e comprometimento das obras.

Além do mais, se o que Miceli diz a respeito de Freyre e Buarque de Holanda já não é inteiramente verdadeiro, este é ainda menos o caso em relação ao que afirma sobre Caio Prado Jr. É indiscutível que Caio Prado passou sua vida alheio às instituições acadêmicas²⁴, inclusive mais do que Freyre e Sérgio Buarque. Por outro lado, também não se pode esquecer que durante quase todo seu período de atividade intelectual, Caio pertenceu a uma outra instituição que exigia em relação às suas diretrizes fidelidade incomparavelmente maior do que qualquer universidade: o Partido Comunista.

Assim, mesmo que a origem social de Caio Prado seja um fator favorável à sua independência, pois, diferentemente de boa parte dos intelectuais marxistas, não dependia de partidos para sua sobrevivência, ela não explica suficientemente esta independência. Para constatar isto, basta pensar em outro grande intelectual burguês militante do partido comunista no período stalinista: o filho de banqueiro Georg Lukács, que acabou se submetendo aos ditames de Moscou²⁵.

Jacob Gorender resume bem o problema da relação de Caio Prado com o PCB: “o fato de

²⁴ Mesmo que isto tenha sido contra sua vontade, já que por duas vezes tentou se tornar professor universitário; em 1954, quando se candidatou à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da USP, e em 1968, quando se candidatou à cátedra de História do Brasil da mesma USP.

²⁵ As alternativas para os comunistas originais na época do stalinismo parecem ter se reduzido a três: 1) se submeter ao partido, como fez Lukács; 2) sair dele, como ocorreu com Korsch; 3) ou ter a “sorte” de ser preso e esquecido, caso de Gramsci.

nunca ter sido punido por uma direção stalinista não deixa de ser singular. Por muito menos, outros militantes foram postos à margem ou mesmo expulsos do partido e estigmatizados como renegados. Acredito que Caio ganhou respeito como historiador e por seu currículo de militante. Era um dos poucos intelectuais marxistas pertencentes ao alto escalão da cultura brasileira e passara pelas prisões com um comportamento dignificante. Ademais disso, Caio jamais tentou aliciar alguém para suas idéias e organizar uma fração — pecado mortal para o stalinista. Penso que tudo isso o protegeu contra punições e excomunhões em que foram pródigos dirigentes intolerantes” (GORENDER, 1989: 208).

Portanto, a independência de Caio Prado Jr. se explica melhor, mesmo que não inteiramente, por uma solução de acomodação à qual ele e seu partido acabaram por chegar. Caio Prado, com exceção dos períodos mais abertos da frentista ANL e da legalidade, não foi aproveitado em cargos de direção; em compensação, ficou

no PCB, mesmo defendendo teses contrárias à orientação do partido, como quando questionou o passado feudal do Brasil. Apesar de Caio provavelmente não se sentir inteiramente a vontade com tal fórmula²⁶, renunciou à possibilidade de influenciar na luta interna do partido, através da criação de, por exemplo, uma fração. Nessa solução, interessava ao PCB o prestígio que podia trazer a presença nas suas fileiras de um dos maiores intelectuais brasileiros. Caio Prado, por sua vez, talvez não acreditasse que a salvação viesse de Roma, mas, como disciplinado comunista da época do stalinismo que era, certamente pensava que ela estava em Moscou.

²⁶ Além de sua participação em iniciativas, tais como os “Comitês de Ação” (1943-1945) e a *Revista Brasiliense* (1955-1964), prova disso é o que o próprio Caio Prado afirma em 1981: “nunca pertenci à direção do partido, nem tive nele grande prestígio ou influência. Sempre fui um elemento secundário, e mal considerado, não em termos pessoais, mas por causa de minha maneira de interpretar o Brasil” (PRADO Jr., 1981: 310).

Bernardo Ricupero (ifbe@sanet.com.br) é mestrando em Ciência Política na USP (Universidade de São Paulo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis. (1987). *Na contracorrente da história*. São Paulo, Brasiliense.
- ARANTES, Paulo. (1992). “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In: D’INCAO, Maria Angela. *Dentro do texto, dentro da vida — ensaios sobre Antônio Cândido*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARANTES, Paulo. (1994). *Um departamento francês de ultramar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (1992). *Partido Comunista, capitalismo e democracia*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP.
- CÂNDIDO, Antônio. (1980). *Teresina etc*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CÂNDIDO, Antônio. (1989). *A educação pela noite*. São Paulo, Ática.
- CÂNDIDO, Antônio. (1993). *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- CARONE, Edgard. (1970). *A república velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo, DIFEL.
- CARONE, Edgard. (1979). *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. Vol. I. São Paulo, DIFEL.
- CARONE, Edgard. (1981). *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. Vol. II. São Paulo, DIFEL.
- CARONE, Edgard. (1982). *O PCB (1922-1964)*. Vol. I. São Paulo, DIFEL.
- CARONE, Edgard. (1986). *O marxismo no*

- Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro, Dois Pontos.
- CASTAÑEDA**, Jorge. (1993). *Utopia Unarmed*. New York, Alfred Knopf.
- CHACON**, Vamireh. (1981). *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CHAVES Neto**, Elias. (1977). *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- CHILCOTE**, Ronald. (1974). *The Brazilian Communist Party—Conflict and Integration (1922-1972)*. New York, Oxford University Press.
- CLAUDÍN**, Fernando. (1985). *A crise do movimento comunista*. São Paulo, Global.
- DULLES**, John W. F. (1977). *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FAUSTO**, Bóris. (1986). *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, DIFEL.
- FERNANDES**, Fernandes. (1989). “Constituinte e revolução”. *Revista Escrita Ensaio*, São Paulo, IV (17-18).
- FURTADO**, Celso. (1991). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GOLDMANN**, Lucien. (1964). *Pour une sociologie du roman*. Paris, Gallimard.
- GORENDER**, Jacob. (1989). “Do pecado original ao desastre de 1964”. In: D’INCAO, Maria Angela. *História e ideal — ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo, Brasiliense/Ed. da Unesp.
- GUIMARÃES**, Alberto Passos. (1968). *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KONDER**, Leandro. (1982). *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro, Campus.
- JACOBY**, Russel. (1990). *Os últimos intelectuais*. São Paulo, Trajetória Cultural/EDUSP.
- LACLAU**, Ernesto e **MOUFFE**, Chantal. (1989). *Hegemony and Socialist Strategy*. London, Verso Books.
- LAMOUNIER**, Bolívar. (1990). “Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação”. In: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. Vol. 2. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- LIMONGI**, Fernando P. (1987). “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a *Revista Brasiliense*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2 (5).
- MAYER**, Fritz. (1926). *Agrarismo e industrialismo*. Buenos Aires, s.ed.
- MARTINS**, Luciano. (1987). “A gênese de uma *intelligentsia* — os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2 (4).
- MANTEGA**, Guido. (1995). “Marxismo na economia brasileira”. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 2. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- MICELI**, Sérgio. (1989). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré.
- MORAES Filho**, Evaristo de. (1991). “A proto-história do marxismo no Brasil”. In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NETTL**, J. P. (1969). *Rosa Luxemburg*. New York, Schocken Books.
- PRADO Jr.**, Caio. (1981). “É preciso deixar o povo falar”. In: MOTA, Lourenço Dantas. *A história vivida*. Vol. 1. São Paulo, EOESP.
- PRADO Jr.**, Caio. (1987). *Evolução política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- PEDREIRA**, Fernando. (1982). *Impávido colosso*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- REVISTA BRASILIENSE**. (1955). “Manifesto de fundação”. São Paulo, 1 (1).
- RODRIGUES**, Leôncio Martins. (1983). “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. Vol. X. São Paulo, DIFEL.
- SADER**, Emir. (1996). “Nós que amávamos tanto *O Capital*”. *Praga*, São Paulo, 1 (1).
- SANTOS**, Wanderley Guilherme dos. (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Livraria Duas Cidades.

SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. *Folha de São Paulo*, 08/10/1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1958). *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1976). *História da*

burguesia brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1982). *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, DIFEL.

WEFFORT, Francisco. (1978). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

